

EVASÃO E PERMANÊNCIA NA REFORMA AGRÁRIA: UM ESTUDO DE CASO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Gabriel Souza Bastos¹

Resumo: O presente artigo analisa por quais motivos os assentados do assentamento norte-fluminense Francisco Julião permanecem ou abandonam seus lotes, desistindo de serem beneficiários pelo Programa Nacional de Reforma Agrária. Para isso, damos uma especial atenção para os desdobramentos diretos de políticas públicas na vida dos assentados, nas relações de grupos familiares, indivíduos e atores presentes dentro do assentamento. Através de uma metodologia de observação participante ao longo dos anos de 2013 e 2014, constatamos a existência de dificuldades ocasionadas pela falta ou atraso de políticas públicas, abrindo margens para casos de evasão. Por outro lado, observamos relações de reciprocidade que operam como estratégias de permanência, a fim de contornar os problemas ocasionados pela ausência de políticas públicas.

Palavras-Chave: Assentamento; Reforma Agrária; Agricultura Familiar; Análise de Políticas Públicas; Questão Agrária.

EVASION AND PERMANENCE IN LAND REFORM: A CASE STUDY IN THE STATE OF RIO DE JANEIRO

Abstract: The following article analyses the reasons for which the settlers of the Francisco Julião settlement, north of the Rio de Janeiro Brazilian State, remain or leave their settlements, giving up the benefits offered by the National Agrarian Reform Program. For this, we pay special attention to the direct consequences of public policies in their lives, in the relationships of family groups, individuals and actors present within the settlement. Through a methodology of participatory observation along the years of 2013 and 2014, we have found several difficulties caused by absence or delay of public policies, creating circumstances which push people to abandon their settlement. On the other hand, relations of reciprocity operate as strategies of permanence, in order to overcome the problems caused by the absence of public policies.

Keywords: Settlement; Land Reform; Family Agriculture; Public Policy Analysis; Agrarian Question.

* O presente artigo é uma sistematização revisada e resumida de minha dissertação de mestrado, defendida no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Ver Bastos (2015).

¹ Doutorando, bolsista CAPES pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ) e professor de Sociologia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. E-mail: gabrielsoubastos@gmail.com.

Introdução

Com a redemocratização do país, a partir de 1985, desde o início da realização de projetos de assentamentos rurais, encontra-se, através de matérias de grandes meios de comunicação, a constatação de que muitos assentados estariam constantemente abandonando seus lotes, levando-nos muitas vezes a concebermos a ideia de que a reforma agrária era inevitavelmente um projeto fadado ao fracasso, incompatível com a nossa realidade. Entre os muitos argumentos levantados, os pontos centrais focavam-se em demonstrar que os projetos de assentamentos (PA) já implantados possuíam baixa qualidade, gerando um processo de favelização rural e que, além disso, a maioria das famílias beneficiárias não estariam vocacionadas para agricultura. Um exemplo disso é o editorial do jornal O Globo, do dia 3 de fevereiro de 2013, com o título de “A cada vez mais desnecessária reforma agrária”:

A modernização do campo, ao lado da inexorável tendência de urbanização da população, começou a reduzir a massa de manobra à disposição do MST. A ponto de a organização ter de recrutar “militantes” entre os desempregados em pequenas e médias cidades — sem vocação para a agricultura, é certo. O momento de pleno emprego na economia e a expansão dos programas sociais (Bolsa Família) puxaram de vez o tapete do MST. E nos assentamentos existentes, mostrou O GLOBO, a nova geração já busca ampliar a perspectiva de vida nas cidades — com razão².

Essa perspectiva midiática de inexorável evasão do campo não é original do jornal da família Marinho. Existem teóricos que seguem essa linha de raciocínio. Em um estudo sobre a mobilidade social no Brasil, Silva (1979) divide os estratos da sociedade brasileira em seis grupos ocupacionais, classificados pelas formas de trabalho (manual ou intelectual) e acesso a propriedades. Estes seis grupos são organizados hierarquicamente, onde o primeiro seria o mais baixo – com as piores condições de vida – e o sexto, por sua vez, com as melhores condições de vida, representaria o grupo ocupacional no maior patamar desse esquema: 1 – Trabalhadores rurais do campo, 2 – trabalhadores urbanos não qualificados, 3 – trabalhadores qualificados e semiquilificados, 4 – trabalhadores não manuais,

² Disponível em: <http://oglobo.globo.com/opiniaio/a-cada-vez-mais-desnecessaria-reforma-agraria-7470663> (acessado em 11-09-2018)

profissionais de nível baixo e pequenos proprietários, 5 – profissionais de nível médio e médios proprietários, 6 – profissionais de nível superior e grandes proprietários.

Esta hierarquização nos chama atenção: Os trabalhadores rurais são colocados como necessariamente um grupo ocupacional com condições de vida inferiores aos trabalhadores urbanos não qualificados. Levando esta caracterização até suas últimas consequências, portanto, o trabalhador rural supostamente teria melhores condições de vida por simplesmente migrar para a cidade.

Palmeira e Almeida (1977), ao analisarem textos sobre migração e êxodo, constatam que “as ocorrências empíricas de êxodo (...), são comumente classificadas de êxodo rural” (PALMEIRA E ALMEIDA, 1977: 37), carregando, muitas vezes, a segunda expressão o mesmo significado da primeira. Não é muito difícil, constatam os autores, encontrar na bibliografia sobre o tema uma sinonímia entre esses dois termos. A representação do êxodo rural, portanto, no senso comum erudito, adquire um caráter de naturalidade, “sem que seja apagada ou modificada sua acepção enquanto ‘processo natural’, êxodo desempenha uma função de forma abreviada de êxodo rural” (PALMEIRA E ALMEIDA, 1977: 37). Os autores constatam, na bibliografia por eles analisada, certo caráter de normalidade do fenômeno, muitas vezes descrito como um promissor indicador de progresso.

Entretanto, essas caracterizações – tanto por parte do jornal O Globo quanto pelo trabalho de Silva (1979) e dos textos analisados por Palmeira e Almeida – a respeito da essencialidade de melhores condições de vida e trabalho na cidade do que no campo não correspondem à narrativa construída pelos assentados do nosso estudo de caso, no Assentamento Francisco Julião, situado no norte do estado do Rio de Janeiro, no município de Cardoso Moreira. Ao contrário, a narrativa de vida de muitas famílias é marcada por uma mobilização máxima de esforços para permanecerem em seu lote de reforma agrária por diversas razões. Muitos dos trabalhadores rurais do assentamento Francisco Julião já tiveram experiências de vida e trabalho na cidade e preferem viver em seu lote rural do que voltar à disputa no mercado de trabalho de centros urbanos.

Diante de um debate que reconhecemos estar historicamente marcado por firmes posições políticas de setores hegemônicos da sociedade brasileira, pretendemos nos afastar do olhar “oficialmente” imposto da grande mídia. Para tal, este artigo pretende analisar

quais são, por um lado, as causas de evasão na reforma agrária, e por outro, as estratégias de permanência através de um estudo de caso no assentamento Francisco Julião.

A coleta de dados desta pesquisa foi feita através do empenho de se aproximar o máximo possível – dentro de nossas limitações temporais – do método descrito por Whyte (2005), como observação participante e com entrevistas semiestruturadas ao longo dos anos de 2013 e 2014, em três diferentes visitas ao assentamento, somando cerca de dois meses de convivência com os assentados em seu dia a dia. Nesse contexto, os esforços foram mobilizados para se adaptar uma ocasião formal de entrevista para uma visita informal, tentando nos aproximar ao máximo de relações informais com as pessoas a fim de se estabelecer o que Oliveira (1996) chama de “diálogo entre iguais”.

Foram entrevistadas ao todo 21 famílias em um universo de 42. Uma entrevista de “uma família” consistiu na entrevista com os titulares do lote³. Ou seja: o pai, a mãe ou ambos. Alguns foram previamente selecionados, por serem lideranças essencialmente importantes para as questões que aqui levantamos. As outras foram selecionadas aleatoriamente.

O Assentamento pesquisado tem suas origens através de uma ocupação organizada pelo Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), no ano de 2006, na fazenda São José. Embora a desapropriação da fazenda tenha se dado em oito meses após a ocupação, um tempo curto em comparação a outras ocupações, a implementação do assentamento Francisco Julião encontrou dificuldades ocasionadas pelo atraso de sete anos da divisão dos lotes pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e suas consequências: atraso na implementação de políticas públicas e conflitos internos.

O perfil dos assentados do Francisco Julião é diverso: trabalhadores rurais e urbanos; assalariados do campo ou da cidade e também filhos de assentados de outras regiões do país. Entretanto, em uma amostra combinada entre meus dados e os de Belo (2012) em 26 núcleos familiares, 19 já passaram e trabalharam em áreas urbanas, enquanto apenas 7 não.

Das 42 famílias, identificamos seis casos de evasão entre outubro de 2006, quando a fazenda foi desapropriada e o assentamento criado, até agosto de 2014, quando ocorreu o

³ Por pedido dos próprios entrevistados, optamos por trocar seus nomes verdadeiros por fictícios, para assim preservarmos suas privacidades.

último trabalho de campo. Além disso, de acordo com os entrevistados, há aqueles que “nem ficam nem saem”, os chamados “andorinhas”, uma categoria depreciativa que se refere aos assentados que não moram nos lotes e que ocasionalmente comparecem ao assentamento.

Entretanto, além da possibilidade de se evadir, existe também a penosa opção de ficar, analisada também nesse artigo. Diante das enormes dificuldades de ser um pequeno agricultor familiar beneficiário pela reforma agrária – atrasos de políticas públicas, conflitos internos e adversidades climáticas –, identificamos uma série de relações de reciprocidade vicinal entre os assentados. Estas relações, que discutiremos com mais detalhes nas próximas sessões, não só otimizam a capacidade produtiva de lotes no assentamento como também criam uma economia informal entre os assentados, através de trocas de trabalho. Em muitos casos, essas relações de reciprocidade acabam se tornando uma poderosa ferramenta de permanência no assentamento, contornando as adversidades e assim evitando a evasão.

A evasão, a permanência e o assentamento Francisco Julião

De acordo com a literatura produzida sobre o tema, o termo “evasão” refere-se ao abandono, expulsão e venda do lote (BRUNO E MEDEIROS, 2001), (MELLO, 2006) “assim como também à venda ou troca de lotes, desde que o responsável pelo lote não resida no projeto” (RIBEIRO *et al.*, 2011: 110).

Bruno e Medeiros (2001), em uma pesquisa abrangendo 59 assentamentos criados entre 1985 e 1995 em 22 estados, constatam a porcentagem média de evasão de 27,9%, enquanto os princípios e diretrizes do Programa do Crédito Fundiário (BRASIL *apud* RIBEIRO *et al.*, 2011) levantam diferentes índices de evasão de acordo com seu período de criação: os assentamentos mais antigos com 35% e os recém criados de 0 a 20%. Em outro estudo, realizado por Mello (2006) em dois assentamentos do Rio Grande do Sul, foi encontrada uma média de 22%. Em outra pesquisa sobre dois assentamentos no estado de Tocantins (RIBEIRO *et al.*, 2011: 110), encontra-se um índice de 71,4% em um e 80% em outro.

Utilizando-se do mesmo método de cálculo deste trabalho⁴, calculamos o índice de evasão do assentamento Francisco Julião, resultando em 6,1%. Entretanto, trata-se de um cálculo que não expressa a realidade vivida pelos assentados, pois além dos casos de evasão documentados, há a incidência de mais três casos, cujos titulares ainda constam como “assentados” no RB⁵, não como “desistentes”.

Estes estudos chegam a variadas conclusões a respeito dos motivos que levam um beneficiário a evadir. Em termos gerais, o quadro de infraestrutura nos assentamentos, analisados por Bruno e Medeiros (2001), é de enorme precariedade. Mesmo em casos de baixo índice de evasão, “chama atenção a precariedade das condições de infraestrutura (...), em particular a falta de escolas, a irregularidade do atendimento médico básico, a má conservação das estradas, a inexistência de transportes e de energia elétrica” (BRUNO e MEDEIROS, 2001: 17). Essas precárias condições foram as mais recorrentemente apontadas como as principais causas de evasão, entretanto, não como o maior motivo verbalizado para as saídas, mas questões “relacionadas ao abandono do assentamento, a falta de incentivo do governo com a produção e comercialização dos produtos, a precariedade do acompanhamento técnico e (...) situações conflituosas derivadas de disputas com fazendeiros” (BRUNO e MEDEIROS, 2001: 32).

Essas carências se convertem em possibilidades de evasão, quando oportunidades de vida fora dos assentamentos se colocam diante da vida do assentado, “conforme o momento de seu ciclo de vida, condições econômicas, fidelidades e laços de parentesco e etc” (BRUNO e MEDEIROS, 2001: 36).

Em outro estudo realizado no estado de Tocantins (RIBEIRO *et al.*, 2011), buscou-se compreender as causas de evasão a partir de duas concepções diferentes de reforma agrária expressas em dois assentamentos. Um criado pelo INCRA via desapropriação de terras improdutivas e outro pelo programa de Crédito Fundiário, através de compra de terras pelo Banco da Terra. Ambos no município de Pium, a 120 km de Palmas. As

⁴ O cálculo foi feito da mesma forma descrita por Ribeiro *et al.*: “baseada pelo cálculo da diferença entre os números de beneficiários inicial (R_{Bi}) e o número destes beneficiários remanescentes (R_{Br}), resultando no total de beneficiários que evadiram do projeto (RT_{Be}). Em seguida, pela aplicação da propriedade matemática da proporção obteve-se o percentual de famílias que evadiram (%E), conforme descrito nas equações: $R_{Bi} - R_{Br} = RT_{Be}$ e $\frac{\%E = RT_{Be} * 100}{R_{Bi}}$,” (RIBEIRO *et al.*, 2011: 110)

⁵ Relação de Beneficiários. Trata-se de um documento do INCRA onde se encontra uma lista com os nomes de todos os titulares de determinado assentamento, tal como sua situação atual na reforma agrária.

principais causas de evasão no primeiro foram relacionadas às precárias condições de infraestrutura, enquanto no segundo foram atribuídas à origem não rural, ocasionadas por problemas na seleção, tal como o modelo imposto de organização produtiva coletiva.

Também foram levantados fatores relacionados à infraestrutura e baixa coesão social como responsáveis por evasão em dois assentamentos no Rio Grande do Sul (MELLO, 2006). Este trabalho apresenta um amplo quadro estatístico relacionando 16 variáveis com o percentual de evasão em assentamentos rurais espalhados pelo estado. Além da correlação com dados secundários e estatísticos, o aspecto mais interessante encontra-se nas suas reflexões com base no campo simbólico, analisados apenas em dois assentamentos escolhidos para uma etnografia.

O autor nos expõe um quadro altamente conflituoso, explorando uma série de fatores como religião, estado civil, disputa de poder simbólico entre grupos, rivalidades, estigmas e etc, relacionando-as com possibilidades de evasão ou rotatividade. Em síntese o ponto central da relação entre a dimensão simbólica e a reforma agrária, para o autor, refere-se ao fato de que, “nos assentamentos, à medida que a balança identitária pende para o ‘nós’, a perspectiva é o alcance de maior estabilidade e, com isso, uma menor evasão” (MELLO, 2006: 596). Trata-se, portanto, de uma reflexão não muito distante de Bruno e Medeiros (2001), onde, ao constatar que na região Nordeste, onde os índices de evasão são mais baixos, são mais recorrentes em assentamentos cujos beneficiários são antigos posseiros ou moradores das áreas desapropriadas.

Percebemos, portanto, que os termos “evasão” e “permanência” são categorias que se referem à política pública de reforma agrária. Entretanto, é importante ressaltar outro caráter de constantes entradas e saídas no assentamento: o “trabalhar fora pra investir dentro”.

No Assentamento Francisco Julião, o “trabalhar fora” é inerente ao “trabalhar dentro” do assentamento, uma vez que o segundo depende do primeiro. Praticamente todas as famílias entrevistadas têm pelo menos um membro trabalhando fora e alegam que ou necessitam desse trabalho para viabilizar investimentos em seu lote, ou que a renda gerada

por esse membro que trabalha fora (geralmente filhos jovens) serve para “ajudar” no orçamento familiar⁶.

Apesar de estarem constantemente circulando fora do assentamento para trabalhar, os assentados veem de forma muito pejorativa os “andorinhas”, isto é, titulares que mal frequentam seu lote, morando e trabalhando em espaços urbanos. Apesar de duramente criticados, nos questionamos se os andorinhas não seriam uma forma mais radicalizada da relação entre cidade e campo que os demais assentados estabelecem com suas relações de trabalho fora do assentamento? E os evadidos, por sua vez, não seriam uma forma mais radicalizada dos “andorinhas”, uma vez que eles simplesmente, ao invés de não mais estarem por lá fisicamente também não mais estão burocraticamente? Diante dessas problemáticas, como podemos discutir o termo “evasão”? Mello (2006) contribui para essa problemática nos seguintes termos:

A mobilidade dos assentados não se restringe apenas à evasão. Nos estudos de caso, observamos que outras situações têm ocorrência relevante, tais como mortes por conflito, as trocas de lote entre e intra-assentamentos; as trocas de titularidade ou mesmo o abandono de lotes ocupados irregularmente, o que nos levou a alargar a análise, buscando compreender um fenômeno maior, por nós denominado rotatividade, o qual abarca todas essas situações descritas, incluindo a evasão propriamente. Nesse caso, o termo evasão caracteriza, de forma precisa, a fuga ou saída da política de reforma agrária, enquanto os demais demonstram a mobilidade dos assentados dentro da reforma agrária. (MELLO, 2006: 13).

Mello, portanto, compreende evasão enquanto uma categoria inerente à compreensão de uma política pública, referindo-se à desistência de ser um beneficiário. Rotatividade seria uma categoria conceitual operante também dentro do paradigma de uma política pública – com exceção das mortes por conflito –, pois se refere ou à saída definitiva desta – a evasão propriamente dita – ou a fenômenos relacionados à mobilidade dentro dos termos dessa política pública.

⁶ Heredia (*et al.*, 2002) nos demonstra em um quadro mais amplo de assentamentos pelo Brasil: “do total da população maior de 14 anos nos projetos pesquisados, 79% trabalhavam somente no lote, 11% no lote e também fora dele, 1% somente fora do lote e 9% declararam não trabalhar. Ou seja, 90% dos assentados maiores de 14 anos trabalhavam ou ajudavam no lote, numa média de três pessoas por lote. Dos que faziam algum trabalho fora do lote (12% no total), 44% o faziam em caráter eventual, 24% em caráter temporário e 31% de modo permanente” (HEREDIA *et al.*, 2002: 93).

Compreendemos e utilizamo-nos dessas categorias de análise neste presente trabalho. Entretanto, pretendemos analisar a mobilidade para além destes termos. O constante “trabalhar fora” está intimamente ligado à permanência na política de reforma agrária e responde à perspectiva de que camponeses são, “além de produtores de alimentos, produtores também de migrantes. (...) A migração de camponeses não é apenas consequência da inviabilização de suas condições de existência, mas é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução.” (WOORTMANN, 1990: 35). Nesses termos, pretendemos problematizar a discussão aqui para além da análise de uma política pública, a fim de demonstrarmos que lugar o assentamento, a evasão, a permanência, a rotatividade e a mobilidade têm na vida dessas pessoas.

De acordo com o pressuposto de que o deslocamento é fruto de acontecimentos excepcionais, a sedentariedade apareceria aí como regra, o esperado, o ‘normal’; e o movimento como exceção, o intersticial ou acidental, algo secundário ou derivado em relação à estabilidade de quem fica no mesmo lugar. Do ponto de vista analítico, neste caso seria o movimento – e não a ‘permanência’ – o que haveria de ser explicado. Subordinado à ‘partida’ e/ou ao ‘destino’, o movimento não teria um valor em si mesmo, constituindo-se basicamente como passagem entre dois pontos (de... para), onde reside o interesse do pesquisador (por que sair? O que acontece quando se chega lá?). Veremos que (...) o que está entre esses pontos também é ‘habitável’ (GUEDES, 2013: 31-32).

Dessa forma, entre o tipo ideal do assentado, nos termos das políticas públicas⁷, e do evadido, portanto, existem outras categorias. Não apenas o “andorinha”, mas o assentado tal como ele realmente é: um trabalhador rural que não trabalha somente em seu lote, mas que necessita realizar uma série de tarefas fora dos limites do assentamento justamente para continuar trabalhando dentro deste. Examinaremos na análise dos dados colhidos em campo, diferentes situações que expressam essa perspectiva.

Histórico do assentamento Francisco Julião

Conforme Belo (2012) nos descreve, da mesma forma que seu assentamento vizinho Chico Mendes, o assentamento Francisco Julião foi criado nas terras da antiga fazenda São

⁷ Ver Brasil (2003)

José. A ocupação teve início no dia 4 de fevereiro de 2006, mobilizando mais de 100 famílias oriundas de municípios da região e também dos estados do Espírito Santo e Bahia. De acordo com as entrevistas realizadas em nosso trabalho de campo, muitas dessas famílias estavam acampadas em outros acampamentos do MST, tendo sido “giradas” para o Francisco Julião. Além dessas 100 famílias, a ocupação na fazenda São José contou também com o apoio de integrantes dos assentamentos Madre Cristina, Dandara dos Palmares, Paz na Terra, Zumbi dos Palmares e Josué de Castro. De acordo com os assentados, foi uma desapropriação “fácil”, pois o proprietário havia contraído muitas dívidas com sua fazenda, sem demonstrar intenção alguma de reintegração de posse.

Inicialmente, o local da ocupação foi às margens da BR-356, que corta a fazenda, num espaço conhecido como “morro do telefone”. Após a desapropriação, em novembro do mesmo ano, as famílias se mudaram para uma área próxima à sede, onde dispunham de melhor estrutura de luz, água, galpão e curral. Mas somente em 2007 que começaram a vender sua produção – iniciada somente após a imissão da posse de terra pelo INCRA – nas margens da rodovia (BELO, 2012).

Devido ao atraso do INCRA para realizar a divisão dos lotes, dois anos após a ocupação inicial, os assentados decidiram dividi-los por conta própria, com a contratação de um topógrafo particular. Um dos principais motivos para que se realizasse essa divisão foi de evitar o agravamento de conflitos entre os acampados (BELO, 2012), motivo também constatado em nossas entrevistas. O parcelamento oficial do INCRA ocorreu muito posteriormente, apenas em meados de 2013.

De acordo com os assentados, existia mais “união” entre as pessoas nos tempos do acampamento, em seus breves oito meses. Essa época, que vai dos tempos do acampamento e pré-assentamento⁸, é reconhecida pelos assentados como a “época das coordenações”. O período posterior a este, é referido como “o tempo da associação”. São períodos temporais

⁸ Sobre os termos “acampamento” e “pré-assentamento”, entenda-se: o primeiro como o período onde as terras ainda não foram desapropriadas, mas passam por um processo jurídico iniciado antes das ocupações. O segundo, “pré-assentamento”, refere-se ao período após a desapropriação do imóvel e sua conversão em assentamento para a reforma agrária, porém, antes da divisão dos lotes feita pelo INCRA. Entretanto, a divisão dos lotes no assentamento Francisco Julião foi executada somente em fins de 2013, cinco anos depois dos assentados terem feito o parcelamento por conta própria. Assim, o período compreendido como “pré-assentamento”, aos olhos dos assentados, não responde aos termos oficiais, mas refere-se ao período anterior ao parcelamento feito por eles mesmos, quando efetivamente abandonaram o acampamento e passaram a morar em seus respectivos lotes.

que contam com estruturas políticas métodos organizacionais diferentes. A primeira com uma base participativa mais ampla e a segunda mais restrita, por conta de um processo de esvaziamento dos espaços coletivos.

Nos tempos do acampamento e do pré-assentamento, quando o MST era bem mais presente no dia a dia do Francisco Julião, os acampados se organizavam através de quatro núcleos submetidos a uma assembleia soberana. Essa estrutura, que responde a uma linguagem ritualizada de ocupações de terra desde os anos 60 (SIGAUD, ROSA e MACEDO, 2008), é responsável por inserir os acampados em uma vida comunitária, através de um processo de conflito educativo, colocando novas rotinas e práticas de vida entre eles⁹.

Além desses dois espaços, fazia-se presente também o espaço mais soberano do acampamento ou do pré-assentamento: a assembleia. Esta, ampla e irrestrita, tinha como pauta questões das mais importantes que os coordenadores e núcleos julgavam ter que decidir em conjunto. Além de seu papel de espaço deliberativo máximo, servia também para dar os informes mais importantes.

Essa experiência organizativa é decisiva para a criação da comunidade do assentamento que está para nascer. Trata-se de processo de politização e compreensão em relação às suas condições do passado e posição de assentado no presente. Agora, essas pessoas se veem obrigadas a repensar sua nova condição e organizar-se politicamente.

Após o fim do período de pré-assentamento, quando as coordenações decidiram por dividir os lotes por conta própria, através da contratação de topógrafos, esta estrutura organizativa desmanchou-se, dando espaço para uma associação de moradores. O que motivou os assentados a isso foi o fato de obter mais legitimidade no diálogo com o poder público. De acordo com as entrevistas, quando procuradas, as instâncias do Estado exigiam uma associação registrada na justiça para diversos fins.

Nesse momento, surgiram também novas formas de organização coletiva. O que antes era uma estrutura política de mediação desde um núcleo de base até uma assembleia ampla, passou para uma estrutura representativa com cargos fixos através de mandatos de direção. Nessa nova estrutura, a contribuição direta dos assentados passa a ser menor.

⁹ Para mais detalhes sobre estruturas organizativas de acampamentos do MST, ver Oliveira (2009).

Alguns, antes bem mais ativos na vida política, chegaram a até mesmo não se sentirem representados pela associação.

A grande mudança aqui não diz respeito apenas ao método de organização ou à formalidade jurídica, mas à distinta forma de participação política que se dá entre a “época das coordenações” e a “época da associação”. Não se trata de um fenômeno novo no que diz respeito a assentamentos da reforma agrária. Oliveira (2009), em um estudo sobre acampamentos e assentamentos no Rio Grande do Sul, compreende que os trabalhadores encontram no acampamento maior convergência por conta de uma única referência política (em nosso caso, o MST) e no objetivo comum da conquista pela terra. Uma vez conquistada, os assentados passam a expressar mais diversidade entre si, buscando soluções de interesses diversos.

A maneira como os assentados do Francisco Julião caracterizam a pulverização desse centro aglutinador para pequenos centros de coesão em torno de interesses específicos é diversa: “cada um quer agora cuidar de seu próprio bico”, “as pessoas se tornaram mais individualistas” ou “todos desanimaram, pois não dava em nada o que a associação lutava”. De fato, esse fator foi responsável para que várias lideranças se afastassem da associação, visto que poucas conquistas foram efetivadas junto ao poder público.

É evidente que a organização política interna do assentamento, buscando gerar melhores condições de produção e cobrar políticas públicas de instâncias governamentais é essencial para a permanência e sucesso produtivo no assentamento. Entretanto, observamos que no assentamento Francisco Julião, a principal forma de organização social coletiva que contorna as adversidades de se viabilizar um assentamento de reforma agrária passa despercebida e é naturalizada aos olhos dos assentados.

Ficar ou sair? O cabo de guerra entre reciprocidade e evasão

Diante de relatos, através de entrevistas e da convivência cotidiana dentro do espaço do assentamento, tivemos acesso às histórias das pessoas que desistiram de por lá continuar vivendo, ocasionando assim evasão da reforma agrária.

Todos esses casos de evasão apresentam um denominador comum: dificuldades de se trabalhar na terra e falta de apoio por parte do poder público. Por isso, os que não evadem afirmam a impossibilidade de viver somente da agricultura familiar, sendo obrigados a, pelo menos, um membro da família, trabalhar fora do assentamento. Todas as famílias que assim o fazem, afirmam que sem isso não seria possível manter seu lote.

Uma das reclamações mais recorrentes diz respeito às dificuldades de irrigação. Os assentados que vivem em uma região de baixada disseram que em períodos de chuva há enchentes na área de produção, chegando algumas vezes a ficarem ilhados dentro de suas casas, perdendo boa parte do que haviam plantado.

Encontramos também recorrentes reclamações referentes aos atrasos de tratores da prefeitura nos serviços para o assentamento. De acordo com os assentados, quando a gestão da prefeitura foi trocada, dois tratores ficaram meses parados em Cardoso Moreira sem atender o assentamento. Além disso, algumas famílias das regiões mais montanhosas não recebem o trator em boa parte de seu lote. Dois entrevistados também relataram que os tratores, quando vêm, são para poucas famílias e que eles mesmos às vezes nem ficam sabendo.

Além disso, as famílias que escoam a produção para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)¹⁰ reclamam do enorme atraso para o pagamento que, apesar de melhor remunerado que outras formas de escoamento, causam prejuízo para a economia familiar.

Tanto as entrevistas quanto as conversas que tive no dia a dia, relatam um sentimento de abandono por parte das instituições públicas para com o assentamento. Foram sete anos de espera para que os lotes fossem divididos oficialmente pelo INCRA e, nesse meio tempo, receberam apenas o fomento inicial de crédito no valor de R\$3500,00. Consequência do atraso de sete anos do parcelamento por parte do INCRA, os créditos de habitação, alimentação e até mesmo o acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) também atrasaram. Até outubro de 2014, esses três benefícios ainda não haviam sido liberados.

Diante de todos esses problemas, foram relatados casos de evasão e rotatividade das unidades de produção dos seguintes titulares: Gilmar, Denise, José “onça” e dona Tina.

¹⁰ No dia 26 de outubro de 2016, por meio do Decreto 8889, o governo Temer extinguiu o Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor da Secretaria de Agricultura Familiar, que foi fundamental na criação e implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

O caso de Denise responde à dificuldade prática de estar solteira e, por isso, ter que trabalhar sozinha em seu lote. Esta dificuldade, combinada com as outras, comuns a todo o assentamento, foram os motivos que ocasionaram sua evasão. Uma vez sem condições de cuidar de seu lote e, ao mesmo tempo, de não conseguir dinheiro para investir em sua produção, levou-a a optar pela evasão.

Os casos de Dona Tina e Gilmar são semelhantes. Dona Tina, casou-se com outro assentado, passando a morar no lote dele, deixando o seu próprio vago. Isso teria acontecido pouco antes do parcelamento feito pelo INCRA. Após isso, separou-se e, uma vez sem seu lote, viu-se apenas com a opção de deixar o assentamento. Gilmar, por sua vez, era um rapaz jovem, casado que posteriormente se separou. De acordo com relatos, ele se mostrava bastante ativo nos espaços organizativos do assentamento e frequentava reuniões tanto das coordenações quanto da associação. Entretanto, abandonou seu lote, posteriormente, ocupado por “Serrote”, que comprara suas terras. Alguns relatos apontam que, uma vez separado, havia desistido pelos mesmos motivos de Denise.

O caso de José “onça”, de acordo com as entrevistas, seu deu por “falta de apoio”. Seu lote era em uma área montanhosa, onde a maior parte de seu sítio não era contemplada pelo trator da prefeitura. Diante disso, José trocou seu lote com um assentado do assentamento Paz na Terra, que nunca apareceu. Após isso, seu lote havia sido ocupado por outra pessoa.

Curiosamente, os titulares dos quatro casos de evasão acima citados ainda constavam na relação de beneficiários como assentados em 2014. Além desses quatro casos, tal documento revela mais uma desistência e uma transferência.

Mesmo diante de tantos problemas para se continuar vivendo no assentamento Francisco Julião e de um enorme quadro de insatisfação para com o poder público, apenas um entrevistado, Daniel, diz ter se arrependido de estar morando no assentamento. Por outro lado, todas as outras entrevistas revelam que a vida de fato melhorou após se tornarem beneficiários pelo Programa Nacional de Reforma Agrária.

Essa postura paradoxal – um grande quadro de insatisfação, mas também de valorização da conquista de seu lote – é recorrente. Seu Zeca afirma que jamais sairá de lá, por conta de mais estabilidade do que na cidade, onde sempre trocava de emprego. Sandra

diz que “só morta sai de seu lote”, pois tem uma terra garantida para sua família para as próximas gerações.

Entretanto, diante das adversidades de se inserirem em circuitos de produção agrícola, tal como fazer a manutenção produtiva de seus lotes, os assentados, carentes de suficiente apoio do poder público, contam com o apoio uns dos outros. Se por um lado, o assentamento se desagregou nos seus espaços de organização e representação política, por outro, se agregou com novas formas de interação e reciprocidade, que servem como estratégias de permanência.

Estamos falando aqui de troca recíproca de trabalho; compartilhamento de terras para maior otimização da produção; mutirões de construções para diversos fins, tais como a construção de cercas, cisternas, trilhas e a comercialização interna. Essas relações são importantes porque constituem fatores decisivos para a viabilidade da reforma agrária no local.

Diante de uma situação de pobreza extrema e escassez alimentar entre pessoas sem terra, a produção de autoconsumo nos assentamentos do MST representa uma enorme vantagem, pois possibilita que não dependam de dinheiro para cobrir essa necessidade fundamental. Entretanto, os assentados ainda “precisam entrar no mercado para satisfazer uma série de outras necessidades. Assim, em sua luta pela permanência na terra, os assentados do MST enfrentam um grande desafio: ter de criar mecanismos econômicos que gerem fontes seguras de renda”¹¹ (VERGARA-CAMUS, 2014: 194). Citando Friedman, Vergara-Camus explica que estes camponeses não são atores de competição dentro dos padrões do mercado, da mesma forma que fazendeiros capitalistas:

Embora algumas produções de mercadorias façam parte da definição do campesinato, a competição não define exclusiva ou principalmente a relação dos camponeses entre si ou com forasteiros. Famílias camponesas têm importantes relações comunitárias, incluindo trocas locais e a partilha recíproca do trabalho. Por essa razão, a aldeia é tipicamente a arena imediata de reprodução. Mesmo as relações assimétricas, tais como crédito ou arrendamento, são com pessoas específicas, não com bancos ou corporações, e não são regidas por preços de mercado. (...) As famílias camponesas geralmente não se relacionam com os mercados de produtos,

¹¹ Essa e todas as demais traduções do artigo são nossas: “They still have to enter on the market to satisfy a variety of other needs. Hence, in their struggle to remain on the land, MST settlers are faced with a major challenge: having to create economic mechanisms that will generate secure sources of income.”

EVASÃO E PERMANÊNCIA NA REFORMA AGRÁRIA:
UM ESTUDO DE CASO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

de forma individual e competitiva¹² (FRIEDMAN *apud* VERGARA-CAMUS, 2014: 167).

Renato e Joseane, por exemplo, moram em um lote próximo a uma área mais montanhosa. Eles plantam aipim, cana, mamão, banana e hortaliças. Entretanto, por estarem em um lote montanhoso, não conseguem plantar feijão em grande quantidade. Além da venda de sua produção, a família também conta com o trabalho da filha que é professora, cuja renda ajuda a família a se manter no lote.

Seu João, por sua vez, que mora apenas com sua esposa, vive em um lote mais plano e fresco. Como ambos são idosos e não vivem com os filhos, não conseguem aproveitar todo o potencial produtivo de suas terras. Portanto, para potencializarem sua capacidade produtiva, precisam de alguém para trabalhar junto, que é o caso de Renato e Josane.

Meu esposo também precisa. Porque aqui, nossa área é de morro. E lá é um lugar mais fresco, onde vai dar melhor a mercadoria pra gente. E no morro, aqui, se plantar um milho, já não vai dar um feijão. Aqui a gente até plantou, num pedacinho ali, mas é pouca coisa. Às vezes, se precisa de uma quantidade maior, trabalha junto (Entrevista com Josane, realizada em junho de 2014).

Temos, portanto, uma relação de reciprocidade onde Renato e Josane, por um lado, têm a possibilidade de continuar a produzir culturas em épocas que não são possíveis de se produzir em sua área e, por outro lado, seu João e sua esposa conseguem aumentar seu potencial produtivo e, conseqüentemente, melhorar as condições da economia familiar.

A gente que vive da roça tem que plantar pra poder viver e sobreviver, né? Então, por exemplo, agora é época do feijão. Então, se a gente não plantar o feijão no terreno da gente ou, se a pessoa não ceder, a gente vai ter que comprar. (Entrevista com Josane, realizada em junho de 2014).

¹² “While some commodity production is often part of the definition of the peasantry, competition does not exclusively or even principally define the relation of peasants to each other or to outsiders. Peasants households have important communal relations, including local exchange and reciprocal sharing of labour. For this reason, the village is typically the immediate arena of reproduction. Even asymmetrical relations, such as credit and tenancy are with particular persons, not banks or corporations, and are not governed by marked prices (...) Peasants households typically do not relate to product markets individually and competitively.”

Além de trabalhar junto com Seu João, Renato também trabalha ocasionalmente junto de Adilson, outro assentado que, por viver sozinho, precisa também de ajuda para otimizar sua produção. Com este, o casal divide às vezes 25% e outras vezes meio a meio.

Seu João, por sua vez, conta bastante com apoio vicinal para estar sempre produzindo. “Não dou conta de fazer isso sozinho”, ele conta. Além de Renato, também trabalha junto de outros assentados: Mariano, Daniel, Luís, Marcos e Anderson para diversos fins. Por exemplo, seu João reclama da dificuldade de falta de fornecimento de água, como muitos outros assentados. Para contornar esse problema, ele precisaria de uma cisterna para começar a produzir coco, conforme já planejava há bastante tempo. Para o tal, contou com a ajuda de Daniel, Renato, Mariano e Anderson.

Além disso, esse grupo opera em conjunto também para arrancar aipim, para plantação, limpar mato e erguer cercas. Seu João nos explica que eles administram esses serviços cobrando diária, ocasionalmente. Mas, na maioria das vezes, eles “não cobram nada”. Ao contrário, os vizinhos “pagam” seu trabalho uns aos outros com outros trabalhos. Nas palavras de Seu João, eles “trocam serviço”.

Pepe e Jair, por sua vez, são vizinhos e moram em uma das regiões mais distantes da rodovia no assentamento, passando por uma área montanhosa, que dificulta a chegada de tratores aos seus lotes. Eles nos contam que não só trabalham apenas um para o outro, mas fazem parte de uma rede um pouco maior de reciprocidade com outros assentados a partir de laços de amizades:

Tem que se ajudar, aí aqui você procura as pessoas que tem mais afinidade. Aqui tem eu, Pepe, Nei, Pedro, Luís... Nós temos mais afinidade, somos mais próximos. Aí o que faz: Nós temos um serviço aqui, aí chama a gente. Vamos lá, ajudamos ele. Quando nós temos um serviço aqui que não dá pra fazer, vamos lá e chamamos o Nei, chama o Sérgio, chama o Luís e vem aqui e ajuda a gente. O negócio é assim. Por exemplo, você vai fazer uma cerca. Você chama a pessoa que tem mais experiência e faz a cerca junto. Quando ele vai plantar alguma coisa na casa dele e eu sei um pouquinho mais, eu vou lá, planto ramo de aipim. Se precisar plantar uma cana, ele chama a gente e nós vamos lá e ajudamos ele. Um dia, três dias, quatro dias... Não importa. Enquanto tiver serviço, nós estamos lá ajudando. Isso sem ganhar nada. Com o interesse de que? De quando a gente precisar de um serviço, ele vem aqui ajudar. Aqui nós somos dependente um do outro (Entrevista com Jair, em outubro de 2014).

Tratam-se, portanto, de relações que se desenvolvem contornando adversidades para que seu circuito mercantil e produtivo continue operando. Conforme Polanyi (2012) e Braudel (1987) discutem, mercados não são necessariamente mercados capitalistas. Existem mercados capitalistas, mas existem outras formas de mercado, troca e permuta.

Há, entretanto, uma prática teórica bastante difundida (...), a saber, a tendência de pressupor que as relações capitalistas predominam em todos os cantos do mundo. A partir dessa pressuposição, não haveria necessidade dos teóricos de analisarem as práticas cotidianas de produção, reprodução e troca de mercado, porque já são pressupostas como relações capitalistas, sendo geralmente consideradas idênticas em todas as sociedades e comunidades. (...) Hoje, no contexto da crise neoliberal, diversos tipos de camponeses dependem, em maior ou menor grau, de práticas não capitalistas para lidarem com os efeitos danosos do neoliberalismo e criaram alternativas de desenvolvimento para suas famílias e comunidades¹³ (VERGARA-CAMUS, 2014: 290).

Em uma linha de raciocínio bastante semelhante, Sabourin (2009) nos esclarece como que o desenvolvimento de um projeto camponês formulado “pelos movimentos rurais mais ativos e organizados” (SABOURIN, 2009: 281) está ligado intimamente a práticas e relações de reciprocidade:

Bastante legítima, essa reivindicação visa o desenvolvimento de um projeto camponês moderno para o século XXI, construído em torno de três características-chave. São elas as noções de autonomia (segurança alimentar, autoconsumo, dispositivos próprios de aprendizagem e de produção e inovação etc.), de cooperação (cooperativas de crédito, fundos de crédito mutualizado, empreendimentos e projetos de economia solidária, etc.) e de qualidade de vida (produção mais sadia e ecológica, proteção dos recursos naturais renováveis, qualidade dos produtos, acesso à saúde e à educação pública etc.). A tentativa de diferenciação com o desenvolvimento fundado na troca capitalista é clara: essas três noções se opõem, respectivamente, às de dependência, concorrência e exploração (do trabalho e do meio-ambiente). Envolvem práticas e relações de reciprocidade: ajuda mútua, compartilhamento, redistribuição; mas se

¹³ “There is, however, a widespread theoretical practice (...) namely, the tendency to assume that capitalist relations predominate in every corner of the world. Following from this assumption, scholars would have no need to analyse the daily practices of production, reproduction and market exchange, because they are assumed to be capitalist relations, which are often deemed to be identical across societies and communities. (...) Today, in the context of the neoliberal crisis, several types of peasants rely, to a greater or lesser extent, on non-capitalist practices to cope with the damaging effects of neoliberalism and have built development alternatives for their families and communities.”

fundamentam também em valores éticos de responsabilidade, dignidade e prestígio (SABOURIN, 2009: 281-282).

Identificamos que existem estes tipos de relações de reciprocidade em nosso estudo de caso, entretanto, surgindo de uma forma espontânea – diante das dificuldades e debilidades de se inserir em circuitos capitalistas de mercado – do que a partir de uma reivindicação do MST.

Existem também trocas de serviço para além das fronteiras do assentamento, conforme relatadas por Pedro. Este assentado não só troca trabalho com outros assentados como também exerce essa relação de reciprocidade com outros conhecidos da São Joaquim, sua região de origem:

Essa estrada que tem aqui, eu fiz na enxada. Nei me ajudou... Veio uma galera aí. Com os vizinhos, “se precisou, a gente tá aí!”, pra ajudar um ao outro. Muitas vezes a gente nem troca serviço. Se o outro precisou lá, a gente vai lá e dá uma mão (Entrevista com Pedro, realizada em outubro de 2014).

Compreendemos aqui um longo processo de reciprocidade e solidariedade nascido através da luta pela terra e a posterior luta pela permanência nesta. Mais uma vez, voltamos à questão levantada por Mello (2006) onde o autor defende que laços comunitários e coesão social em um assentamento evitam que o fenômeno da evasão de um projeto de reforma agrária aconteça.

Todos esses casos nos revelam um aspecto importante para a questão central deste trabalho: não só ocorrem desistências de se viver em assentamentos de reforma agrária por novas oportunidades de vida (BRUNO e MEDEIROS 2001), como também ocorrem permanências pela inexistência de outras possibilidades de vida mais atrativas que a dura vida no assentamento. Por outro lado, diante da sensação e efetivo abandono do Estado e a ocasional possibilidade de se abandonar o lote, os assentados buscam contornar esses problemas por conta própria, através de relações de reciprocidade.

Considerações finais

É inegável a existência de inúmeras adversidades para que a reforma agrária se viabilizasse em um assentamento no período temporal estudado. Entretanto, essas adversidades – talvez, a discussão da reforma agrária como um todo – são apresentadas de forma simplificada pelos principais veículos de comunicação no Brasil. No início de 2015, o editorial do jornal O Estado de São Paulo nos deixa bem clara sua posição a respeito do tema:

Normas jurídicas cujo alcance é comprometido por princípios vagos e indeterminados como “função social”, seja que for, inibem investimentos, estimulam comportamentos oportunistas e alimentam movimentos sociais – como é o caso do Movimento dos Sem-Terra – que vivem à custa da violência predatória e da afronta à ordem.¹⁴

O “Estadão”, assim como o jornal “O Globo”, apresentam problematizações acerca da reforma agrária – principalmente no que diz respeito ao tema de evasão em assentamentos – de uma maneira simplista por conta de, no fundo, terem um posicionamento político contrário à reforma agrária em si?

A intenção deste trabalho foi de se afastar desse tipo de interpretação simplista, aprofundando-se e problematizando o tema no que diz respeito às categorias “evasão” e “permanência” em assentamentos rurais. Entretanto, com o crescimento da problemática da análise, não pudemos deixar de notar que por trás dessas categorias existe um pressuposto no senso comum erudito a respeito da essencialidade da migração do campo para a cidade. Não só foi verificado que até mesmo o termo “êxodo rural” é comumente abreviado pelo simples “êxodo”, carregando um caráter de naturalidade (PALMEIRA e ALMEIDA 1977), como também o pressuposto de que as condições de vida na cidade são necessariamente melhores que no campo (SILVA, 1979).

Entretanto, nossas entrevistas revelam não só que a maioria dos assentados não só não desejam abandonar seus lotes como também, muitas vezes, eles se referem à cidade como um espaço hostil para suas possibilidades de trabalho. Isso fica claro ao observarmos

¹⁴ Disponível em: <http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,riscos-de-uma-agenda-anacronica-imp-1616427> (acessado em 12/11/2018).

a escolaridade e experiências de trabalho dos entrevistados cujas trajetórias foram traçadas, conforme demonstrado no quadro 01:

Quadro 01. Escolaridade e experiência com trabalhos agrícolas e não agrícolas no Assentamento Francisco Julião

	Escolaridade	Experiência com agricultura antes do assentamento?	Experiências anteriores com trabalhos não agrícolas?
Leila	Ensino fundamental incompleto.	Sim.	Sim.
Sandra	Ensino fundamental incompleto.	Sim.	Sim.
Seu Zeca	Ensino fundamental completo.	Sim.	Sim.
Renato	Ensino fundamental incompleto.	Sim.	Não.
Pepe	Ensino fundamental incompleto.	Não.	Sim.
Seu João	Ensino fundamental incompleto.	Sim.	Não.
Pedro	Ensino fundamental incompleto.	Sim.	Sim.

Fonte: Dados colhidos em entrevistas realizadas na pesquisa da campo.

A tabela fala por si só. Tratam-se de pessoas com o ensino fundamental ou médio incompleto e, com exceção de um caso, experiência com agricultura antes de tornar-se um assentado. Esses dados demonstram como que essas pessoas, uma vez na cidade, encontrariam um mercado de trabalho hostil para um pequeno agricultor que sequer tem o ensino médio completo. Ainda que existam experiências anteriores com trabalhos não agrícolas, a dificuldade de conseguir empregos estáveis na cidade persiste.

Ao longo da elaboração deste estudo, constatamos que a compreensão das causas de evasão em um assentamento de reforma agrária é insuficiente para compreendermos esse processo se não buscássemos compreender como e por que as pessoas por lá permanecem. Para isso, nosso trabalho buscou compreender, a partir de uma visão mais aproximada dos

beneficiários pela reforma agrária em um estudo de caso no assentamento Francisco Julião, qual significado o assentamento tem em suas vidas.

Discutimos que todas as famílias entrevistadas alegam a necessidade de algum tipo de renda extra, gerada fora do assentamento, para se continuar investindo no lote. Com exceção dos aposentados – que garantem essa renda extra com sua própria aposentadoria e também, ocasionalmente, com ajuda de parentes mais jovens –, todas as famílias às quais fizemos entrevistas têm, pelo menos um de seus membros sempre “trabalhando fora pra se investir dentro”. Em outras palavras, observamos em nosso estudo de caso não só o que Woortmann (1990) classifica como a dissolução da dicotomia rural-urbano ao longo da experiência migratória do campesinato, como também a necessidade dos beneficiários da reforma agrária trabalharem fora do assentamento. Esta constatação contraria o tipo ideal de assentado caracterizado pelo II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA):

O princípio geral do PNRA é incluir uma significativa parcela da pirâmide social na economia agrária, regida por um novo marco de regulação dos mercados agrícolas, de sorte a garantir crescimento da renda, do emprego e da produção desse setor. Essa mudança se dará com geração de excedentes de renda familiar relativamente às necessidades básicas de consumo, e dos custos primários de produção, a todo o espectro da população rural atingida pela Reforma (BRASIL, 2003: 19).

Note-se que essa passagem do Plano Nacional de Reforma Agrária, de fato, não se refere ao assentado diretamente como um agente que deve trabalhar exclusivamente em seu lote. Entretanto, chamamos atenção à sentença “essa mudança se dará com geração de excedentes de renda familiar relativamente às necessidades básicas de consumo, e dos custos primários de produção”. O que vimos em nosso estudo de caso foi o contrário desse pressuposto. Os custos primários de produção são garantidos através de trabalhos fora do assentamento, justamente com o objetivo de se atingir excedentes das necessidades básicas de consumo.

Há outros investimentos que não requerem ação orçamentária vinculatória, mas são imprescindíveis ao objetivo de geração de produção, renda e emprego no processo de Reforma Agrária. São eles que garantirão as condições para uma estratégia de longo prazo de viabilização econômica e de consolidação produtiva do assentamento (BRASIL, 2003: 21).

Esta outra passagem demonstra que o PNRA pressupõe que as famílias contarão com “outros investimentos” que são “imprescindíveis ao objetivo de geração de produção, renda e emprego no processo da Reforma Agrária”. Ora, bem vimos que os beneficiários no Assentamento Francisco Julião, de fato, receberam o fomento inicial, para a compra de instrumentos de trabalho. Entretanto, não receberam apoio algum posteriormente, como previsto no PNRA, caracterizados como “imprescindíveis” para a geração de “produção, renda e emprego”. Para “tapar esse buraco”, vimos que os assentados buscam cooperar entre si através de relações de reciprocidade a fim de criar mecanismos econômicos capazes de gerar outras fontes de renda.

A respeito disso, importante de ressaltar aqui que o PNRA trabalha com diretrizes que pressupõem um tipo ideal de assentado que, uma vez tornando-se beneficiário pela Reforma Agrária, teria em mãos a “geração de emprego” proporcionada pelo programa. Entretanto, nosso estudo de caso nos revela que, uma vez não beneficiados por esses investimentos posteriores à implementação do assentamento citados acima, os assentados necessitam estar constantemente circulando em trabalhos fora do assentamento. Além disso, existem aqueles categorizados como “andorinhas”, um termo nativo que se refere ao assentado que não utiliza de seu lote para produzir, sequer morar, mas como uma espécie de “casa de campo”, uma vez que estes estão presentes apenas ocasionalmente no assentamento.

Ora, a mobilidade de membros de família, de acordo com Heredia (*et al.*, 2002) em um estudo sobre assentamentos espalhados em diferentes regiões do país, é algo recorrente: 28% das famílias pesquisadas já tiveram pelo menos um membro que se mudou do lote. Destas, 42% se deram por necessidade de buscar trabalho e/ou outra terra.

Além disso, observamos também, a partir das trajetórias de vida dos assentados relatadas nas entrevistas, que se tratam, na maioria dos casos, de pessoas cuja história de vida está marcada por intensa mobilidade vinculada à luta pela terra, o que nos permite compreender melhor que lugar o assentamento tem na vida dessas pessoas. São pessoas cuja história de vida está muitas vezes ligada a atividades tanto agrícolas quanto urbanas relegando-as a constantes mobilidades. Há até mesmo casais cujos pais são assentados em assentamentos de outras localidades.

O termo “evasão”, portanto, teria um caráter político, referindo-se à saída do assentado da política pública de reforma agrária (MELLO, 2006). Este termo é constantemente utilizado pela mídia, aparentemente por razões políticas, com um fim bem claro: desvalorizar a reforma agrária, os assentamentos e os assentados, levando muitas vezes o leitor a concluir não só a essencialidade da migração definitiva do campo para a cidade como também o suposto essencial fracasso da reforma agrária em si.

De qualquer forma, é importante ressaltarmos que, mesmo com o advento da evasão, o evadido é substituído por alguém da mesma categoria social: um trabalhador rural demandante por terra em busca de melhores condições de vida, entrando no lugar de outro trabalhador rural que passou por uma experiência que melhorou suas condições de vida.

A evasão vista a partir de ações pessoais dos beneficiários da reforma agrária não deveria ser analisada de forma negativa, na medida que um assentamento não é criado com o objetivo de se tornar a última moradia de uma família. Por outro lado, o ser humano tem uma cultura migratória com forte tendência de estar em constante busca de melhores possibilidades de vida. (RIBEIRO *et al.*, 2011: 130)

Entretanto, mesmo diante desses problemas que existem na reforma agrária encontrados em nosso estudo de caso, existe também um enorme esforço feito pelos assentados de não abandonar seus lotes de forma alguma, dando um enorme valor à sua conquista. Mas, para por lá permanecerem, eles precisam contornar uma série de problemas (como a ausência das políticas previstas pelo próprio PNRA) para tornar a reforma agrária viável na área.

Os meios encontrados por eles respondem a relações de reciprocidade vicinais feitas de diversas maneiras: construções de cercas, casas e cisternas; aberturas de trilhas e até mesmo produção em parceria em seus lotes. Além disso, os assentados muitas vezes trocam esses serviços uns com os outros pagando seus semelhantes com outros serviços, através de relações não monetizadas de trabalho. Inclusive, conforme nos relata Pedro, essas relações também ocorrem para além do assentamento, “pro primeiro que aparecer”.

De qualquer forma, é importante ressaltar que tanto o fato de trabalhar fora para se investir dentro do assentamento, quanto as formas de reciprocidade identificadas existem por uma razão comum: viabilizar a atividade produtiva no lote, pois sem estas iniciativas,

os assentados do Francisco Julião simplesmente não conseguiriam usufruir do lote da maneira pela qual ele é destinado através da reforma agrária. E esse imenso esforço para viabilizar a reforma agrária no assentamento se dá pelo fato de que, mesmo com todas as dificuldades, a maioria dos assentados prefere continuar suas vidas como beneficiários pela reforma agrária.

Os assentados de nosso estudo, portanto, não só – em sua grande maioria – não têm a intenção de vender suas terras para supostamente melhorar de vida, como procuram, de todas as formas possíveis, se manter no assentamento justamente para não voltarem a uma condição pior. Entretanto, setores conservadores da mídia brasileira insistem em afirmar isso:

Os assentamentos são verdadeiras favelas rurais, incapazes de manter sequer a autossuficiência dos produtores sem subsídios estatais. Muitos “camponeses” não passam de oportunistas do meio urbano seduzidos pela chance de ganhar uma terra grátis e depois revendê-la¹⁵.

Ao contrário disso, observamos neste trabalho que a questão da evasão e permanência, não só responde a uma realidade bem diferente daquela apresentada por grandes setores da mídia, como também se mostra de uma forma mais complexa. Ao invés da suposta investidura por se ganhar dinheiro vendendo lotes, os assentados buscam, de todas as formas possíveis, se manterem por lá. Isso se dá através de diversas formas de ajuda mútua e reciprocidade e constantes mobilidades entre centros urbanos e o assentamento, justamente para viabilizar a produção em seu lote e contornar as debilidades das políticas públicas da reforma agrária.

¹⁵ Blog do Rodrigo Constantino. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/rodrigo-constantino/economia/o-mst-pertence-ao-museu-ou-quem-ainda-leva-a-serio-essa-reforma-agraria/> (acessado em 22/03/2015)

Referências bibliográficas:

BASTOS, Gabriel. *Entre a evasão e permanência: Percepções do Assentamento Francisco Julião*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2015.

BELO, Diego. *O processo de formação dos acampamentos e seus impactos no desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária na região norte fluminense*. Dissertação de Mestrado. Campos dos Goytacazes: Centro de Ciências do Homem/ UENF, 2012.

BRASIL. *II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural*. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Agrário, 2003.

BRAUDEL, Fernand. *A Dinâmica do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BRUNO, Regina; MEDEIROS, Leonilde. Percentuais e causas de evasão nos assentamentos rurais. *Cadernos da Terra*, n. 9, 2001.

GUEDES, André. *O Trecho, As Mães e Os Papéis. Etnografia de Movimentos e Durações no Norte de Goiás*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde; PALMEIRA, Moacir; CINTRÃO, Rosângela; LEITE, Sérgio Pereira. Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil. *Estudos sociedade e Agricultura*, n. 18, p. 73–111, 2002.

MELLO, Paulo Freire de. *Evasão e Rotatividade em Assentamentos Rurais no Rio Grande Do Sul*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. O trabalho do antropólogo: Olhar, Ouvir e Escrever. *Revista de Antropologia USP*, v. 39, n. 1, p. 13–37, 1996.

OLIVEIRA, Valter. *A Ironia da Realidade e os Paradoxos da Razão Política: Diversidade, sociabilidade e dinâmicas político-religiosas em espaços de luta pela terra no Rio Grande do Sul*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2009.

PALMEIRA, Moacir; ALMEIDA, Alfredo Wagner. A invenção da Migração. *Projeto emprego e mudança sócio-econômica no Nordeste (Relatório de Pesquisa)*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRRJ, 1977.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: As Origens de Nossa Época*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

GABRIEL SOUZA BASTOS

RIBEIRO, Michelli; NETO, José; DIAS, Marcelo; LOUISE, Ana. Análise das Causas da Evasão em Assentamentos de Reforma Agrária no Estado do Tocantins. *Revista Extensão Rural*, n. 22, p. 103–132, 2011.

SABOURIN, Eric. *Camponeses do Brasil: Entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SIGAUD, Lygia; ROSA, Marcelo; MACEDO, Marcelo Ernandez. Ocupações de terra, acampamentos e demandas ao Estado: uma análise em perspectiva comparada. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, v. 51, n. 1, p. 107–142, 2008.

SILVA, Nelson do Valle. As Duas Faces da Mobilidade. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, n. 21, p. 49–68, 1979.

VERGARA-CAMUS, Leandro. *Land and Freedom: The MST, the zapatistas and the peasant alternative to neoliberalism*. London: Zed Books, 2014.

WHYTE, William Foote. *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

WOORTMANN, Klaas. Migração, Família e Campesinato. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 7, n. 1, p. 35–53, 1990.

Recebido em: 14 de setembro de 2018

Aceito em: 27 de fevereiro de 2019